

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetaneu Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Uma oportunidade de se evitar o pior

A inesperada viagem do ministro Bresser Pereira a Washington, na próxima semana, para um encontro com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, representa um sinal auspicioso de que os governos brasileiro e norte-americano estão seriamente empenhados na busca de caminhos para romper o presente clima de impasse nas negociações com os credores externos. O convite para uma conversa informal partiu de Baker, em mais um gesto de boa vontade, na tentativa de abrir espaço para um acordo antes que os bancos norte-americanos se vejam forçados a colocar os empréstimos ao Brasil na categoria value impaired (valor deteriorado), conforme determina a lei. O secretário do Tesouro norte-americano quer conhecer as propostas que o governo fará aos credores e discutir os vários aspectos do problema da dívida, na esperança de um entendimento entre as partes que possa evitar o tratamento do caso brasileiro pela Justiça e por outros mecanismos virtualmente irreversíveis da engrenagem legal dos EUA.

A visita de Bresser Pereira coincide também com a divulgação do relatório da missão do FMI sobre nossa economia, o qual — de acordo com algumas fontes — aprova em linhas gerais a política econômica atual, com a ressalva de que a meta para o déficit operacional do setor público (3,5% do PIB) não será alcançada. O relatório não faz restrições de caráter técnico à estratégia do ministro da Fazenda, porém lança grandes dúvidas de natureza política, chegando a perguntar se o conjunto de medidas do Plano Bresser “constitui realmente um programa econômico de governo duradouro, a ser seguido com empenho e seriedade”.

Na verdade, o tom “otimista” do relatório da missão do FMI deve ser visto como mais uma confirmação do esforço dos interlocutores do Brasil para impedir que a situação entre num processo legal virtualmente irreversível e fique fora de controle, levando a um rompimento traumático para ambos os lados.

Como se sabe, a falta de definição do País em relação ao pedido de pagamento simbólico de parte dos juros vencidos, feito pelos credores, azedou o relacionamento entre as duas partes, afetando diretamente as linhas de crédito de curto prazo, em torno de US\$ 15 bilhões. Esses recursos, essenciais a nosso comércio exterior e ao funcionamento das agências dos nossos bancos em outros países, hoje custam bem mais caro em virtude da moratória do ministro Funaro. E, mesmo pagando mais caro, nossas empresas exportadoras e importadoras têm sido obrigadas a aceitar prazos mais curtos que os habituais, entre outras agruras surgidas com o rebaixamento do crédito brasileiro. Nem mesmo a poderosa Petrobrás tem conseguido escapar, como é público, das exigências crescentes de seus fornecedores.

A rigor, não deixa de ser surpreendente a sobrevivência dessas linhas de curto prazo após a marca dos seis meses de moratória. Mas as coisas poderão mudar a partir de agora, como adverte o vice-presidente do Chase Manhattan Bank, Roger Philip Hipskind. Ele não sabe (e muito menos os empresários das áreas de exportação e importação) “por quanto tempo mais os bancos manterão essas linhas”. No momento, não há nenhuma obrigação contratual nesse sentido...

Hipskind também está preocupado com os planos brasileiros de conversão da dívida em capital de risco, o mecanismo que, doravante, substituirá os empréstimos bancários para financiar o desenvolvimento de países com baixa capacidade de poupança. Para ele, “quem deve fazer concessões nesse terreno é o governo brasileiro”, a fim de facilitar o processo. Infelizmente, contudo, a visão pouco realista e míope de Brasília — influenciada, é óbvio, pela ala radical dos peemedebistas reunida na Fundação Pedroso Horta — insiste na tese de que uma parte do deságio, estabelecida aleatoriamente, deve ser apropriada pelo País (no momento, a desvalorização dos títulos da dívida brasileira no mercado secundário é da ordem de 40 a 50%). O BC estaria igualmente pensando em propor juros fixos para parte da dívida a ser renegociada.

Naturalmente, há muito wishful thinking nessas propostas, já que elas supõem a aceitação pelos bancos de perdas elevadíssimas. Parece evidente que isso não vai acontecer dessa maneira, principalmente nas condições surgidas após a infeliz moratória do ministro Funaro, que apenas nos ensinou, como afirma o influente semanário inglês *The Economist* — que, esta semana, pregava em editorial a aplicação de represálias contra o Brasil —, a “flertar com o calote”.

Assim, fechada esta porta graças à qual estão saindo da estagnação países como o Chile, o México e a Argentina, o governo brasileiro continua confiando apenas, de modo inteiramente alienado, na esperança de conseguir US\$ 4 bilhões em novos empréstimos ainda para este ano e US\$ 3 bilhões para o ano que vem, sem oferecer literalmente nada em troca: ao contrário, exige juros reduzidos para estes novos empréstimos, não aceita com a promessa de fazer um pagamento, mesmo simbólico, dos juros atrasados e nem admite a hipótese de uma supervisão do FMI, mesmo que apenas formal.

Os fatos mostram o grau desta alienação. No dia 26 de outubro, uma comissão interdepartamental do governo dos EUA poderá exigir que os bancos norte-americanos lancem as perdas provocadas por seus empréstimos não pagos. Essa decisão obrigará as instituições a considerar como prejuízo até 10% de seus ativos brasileiros. Se isso acontecer, a guerra entre os bancos e o governo brasileiro tenderá a sofrer uma perigosa escalada, com sérios riscos para nossa economia, que vive em compasso de espera, temerosa de um fracasso nas negociações e do conseqüente agravamento do quadro interno, já suficientemente obscurecido pelo excessivo intervencionismo do Estado.

Na verdade, todos os setores acompanham de perto as negociações com os bancos, o governo norte-americano e o FMI, porque delas dependerá o sucesso ou a falência da política do ministro Bresser Pereira. Caso não haja acordo, as linhas de crédito de curto prazo poderão ser suspensas, fato que teria repercussões extremamente graves para nosso comércio exterior, com o aumento das dificuldades para importar petróleo, componentes, peças de reposição, matérias-primas, tecnologia e outros bens essenciais. Também não poderíamos contar com o ingresso de novos investimentos voluntários estrangeiros — a última esperança de evitar o pior para nossa economia.

Enfim, o que nos espera, caso as negociações não cheguem a bom termo, é um desastre de grandes proporções, uma verdadeira — e aguda — involução econômica, com todas as suas conseqüências sobre o nosso já deteriorado quadro social, dada a falência do setor público e a comprovada insuficiência da poupança interna para promover o desenvolvimento.

É para afastar esse cenário trágico que o ministro da Fazenda deve conduzir as negociações em Washington com realismo, deixando definitivamente de lado as bravatas da minoria radical do PMDB. O que está em jogo é o destino do País e o futuro da “oitava economia do mundo”. Ou o ministro Bresser Pereira e o governo como um todo se convencem disso ou o rompimento

com a comunidade internacional será inevitável, o que significa dinamitar a única ponte que nos resta. Isso nos isolaria e condenaria o povo brasileiro a uma fome infinitamente maior do que aquela que o sr. Funaro e seus amigos alegaram querer evitar quando deixaram de pagar os juros aos bancos privados, no dia 20 de fevereiro.